FOTO: DIVULGAÇÃO

TRABALHO FOI DESENVOLVIDO DE 18 A 23 DE JUNHO

ALERTA

OVITRAMPAS REVELAM QUE O CENTRO CONCENTRA MAIOR INFESTAÇÃO DO AEDES AEGYPTI

FORAM INSTALADAS *270 Ovitrampas em todos os bairros da cidade*

ROSI OLIVEIRA / REDAÇÃO DS

A Vigilância Ambiental realizou em Tangará da Serra entre os dias 18 e 26 de junho a instalação de 270 Ovitrampas (armadilhas) para coleta dos ovos do mosquito Aedes Aegypt, transmissor da dengue, Zika e Chikungunya.

As armadilhas foram instaladas em todos os bairros do município, com o intuito de mapear locais de maior incidência do mosquito. "Esse trabalho é um novo formato adotado para verificarmos onde temos mais mosquitos circulando na cidade", informa o supervisor de campo, Elias Duarte.

Para ter o resultado, nos dias 23 e 24 as armadilhas foram retiradas e os ovos contados e, totalizaram 2.594.

Com esse número em mãos, a vigilância pontuará as denominadas 'áreas quentes', e iniciará um trabalho mais efetivo no combate ao mosquito. "Faremos mais visitas, mais fiscalizações e buscaremos envolver a população dessas áreas no combate mais efetivo do mosquito", explica Elias, ao salientar que o índice de positividade alcançado com as Ovitrampas foi de 32%.

> ***PARA VERIFICARMOS ONDE TEMOS MAIS MOSQUITOS CIRCULANDO NA CIDADE***

A pesquisa aponta que o foco maior de ovos do mosquito é no Centro da cidade, tendo como local pesquisado a Rua 04, setor S, com 288 ovos. Em segundo está o Parque do Bosque, na Rua Buritis, no setor N, com 260 ovos coletados e, em terceiro, está o Jardim San Diego, onde a armadilha foi instalada na Rua 72-A, no setor W e que coletou 182 ovos do Aedes.

O quarto e quinto bairros foram Valência e Vila Esmeralda com 110 e 176 ovos, respectivamente, no setor W, onde houve o número maior de ovos depositados nas Ovitrampas, segundo a estatística.

O trabalho de monitoramento seguirá, devendo ocorrer bimestralmente. As próximas instalações serão em agosto.

De acordo com Elias, esse é um trabalho inicial que poderia ter sido muito mais significativo, caso as pessoas colaborassem, uma vez que as armadilhas não oferecem risco algum aos moradores da residência onde estejam instaladas. "Muitos retiraram as armadilhas porque ouviram pessoas que disseram que atrairia mais mosquitos ao local e isso não é verdade", rebate o supervisor. "Esse trabalho é muito tranquilo, não muda a rotina dos moradores em nada e também não causa qualquer dano aos moradores ou animais, bem como, não atrai insetos ou mais mosquitos. Apenas os que já estão no ambiente", esclarece.

FOTO: DIVULGAÇÃO

PROJETO APRESENTADO PELO DEPUTADO CHICO GUARNIERI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Projeto em prol dos agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias é aprovado em 2ª votação

O TEXTO *que autoriza a criação de um núcleo técnico para auxiliar a regulamentação dos cargos segue para sanção do governo do Estado*

ASSESSORIA

A criação de um Núcleo Técnico para auxiliar os municípios na regulamentação dos cargos dos agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Combate a Endemias (ACE) está mais perto. O projeto de Lei apresentado pelo deputado estadual Chico Guarnieri (PRD) foi aprovado em segunda votação, na última quarta-feira, 2 de julho, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, e a regulamentação dessas funções ganha mais força.

Conforme a proposta de Chico Guarnieri, o Estado poderá criar um Núcleo Técnico, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE-MT) e outras entidades que possam prestar o auxílio técnico para que a regulamentação dos cargos de ACE e ACS seja realizada.

O parlamentar lembrou que há uma decisão normativa do TCE-MT, de outubro de 2023, que prevê o processo regulamentador. Conforme uma estimativa do tribunal, à época, seriam beneficiados, em torno de 8 mil profissionais. Porém, há muitos municípios que, tanto tempo depois, ainda não executaram a norma e enfrentam dificuldades nesse processo.

> ***A PROPOSTA BUSCA TRAZER SEGURANÇA JURÍDICA PARA ESSES PROFISSIONAIS***

"A proposta busca trazer segurança jurídica para esses profissionais que atuam há décadas em nosso estado e realizam uma importante função no atendimento e na prevenção de doenças em nossa sociedade, para que eles tenham garantias e estabilidade no exercício dessa nobre função", disse.

O texto aprovado segue para a sanção do governo do Estado, em um prazo de até 15 dias úteis.